



PODER

Especialistas dizem que, além do impacto sobre as investigações em curso, vazamento pode levar à abertura de apuração específica sobre a origem do material divulgado. Presidente da CPMI do INSS pedirá ao STF que Vorcaro preste depoimento

Escândalo do Master longe de ter um fim

» ALÍCIA BERNARDES
» FERNANDA STRICKLAND

O vazamento de mensagens atribuídas ao banqueiro Daniel Vorcaro, investigado no caso do Banco Master, deve desencadear novos desdobramentos na apuração conduzida pelas autoridades. Especialistas apontam que, além do impacto sobre as investigações em curso, o episódio pode levar à abertura de uma apuração específica sobre a origem do material divulgado e até provocar questionamentos judiciais sobre a condução do processo.

A advogada criminalista Amanda Silva Santos, do escritório Wilton Gomes Advogados, explica que a análise inicial deve se concentrar na verificação da autenticidade das mensagens e nas circunstâncias em que o conteúdo foi produzido e obtido. “O elemento central será verificar a autenticidade das mensagens, o contexto em que foram produzidas e se houve efetiva violação de dever funcional ou de garantias processuais”, afirmou.

Segundo ela, dependendo da forma como os dados foram obtidos e divulgados, pode ser instaurada uma investigação específica para apurar eventual ilegalidade no vazamento. “A depender de como essas mensagens foram obtidas, pode haver apuração de crimes como interceptação ilegal de comunicações, invasão de dispositivo informático e/ou divulgação indevida de material sigiloso pelos responsáveis”, explicou Amanda.

A advogada também ressalta que o conteúdo das conversas pode ter reflexos diretos sobre o andamento das ações judiciais caso indique interferência indevida em investigações ou decisões judiciais. “Além disso, caso as conversas indiquem participação direta ou orientação indevida em investigações ou decisões, poderá haver espaço para questionamentos acerca da imparcialidade e para eventuais pedidos de nulidade de atos processuais perante o Supremo Tribunal Federal”, concluiu.

Na avaliação de Oberdan Costa, advogado criminalista, especialista em direito penal econômico, ainda é cedo para dizer o que vai acontecer. “Há divergências tão gritantes entre as versões de autoria das mensagens expostas que os cenários possíveis são opostos. Se prospera o que nos conta o ministro Alexandre de Moraes, de que jamais conversaria com o banqueiro no dia de sua prisão, ainda urge apuração quanto ao possível conflito de interesses pelo órgão investigativo, relativo à advocacia de sua esposa”, destacou o especialista.

“Por outro lado, fortalece-se a impressão de que o ministro estaria sofrendo represálias indevidas pelo exercício de sua magistratura. Se prospera o que as reportagens dizem, por outro lado, as consequências são mais graves. Aí, sim, teria havido comunicação entre investigado e juiz da Corte que o julgará, presumivelmente sobre medidas decretadas contra aquele pela própria Corte, em cronologia sugestiva de que tais cautelares já eram pauta prévia deles”, completou o advogado.

Costa ressaltou que confirmado tal cenário, uma ferramenta que estaria à disposição do ministro, para evitar desgaste, seria a decretação voluntária de suspeição por força do art. 254, IV do Código de Processo Penal, que a permite no caso de

Gustavo Moreno / STF



Enquanto Moraes assegura em nota que não era o destinatário de mensagens enviadas do celular do banqueiro...

» Celulares apreendidos

A Polícia Federal recolheu mais três celulares com Daniel Vorcaro no momento da prisão dele em São Paulo, na última quarta-feira. Com isso, a apuração sobre o esquema bilionário de fraudes financeiras atribuído ao empresário passa a contar com oito dispositivos para análise. Os aparelhos ainda estão lacrados e não passaram por perícia. Até o momento, os elementos revelados nas investigações foram extraídos de apenas um celular do banqueiro — e cerca de 30% do conteúdo desse dispositivo foi analisado pelos peritos. As informações foram encaminhadas a auxiliares do ministro André Mendonça, relator do caso no STF. Equipes da PF e do gabinete do ministro devem se reunir nos próximos dias para avaliar o estágio das apurações.

o magistrado ter aconselhado alguma das partes. “Sem que se saiba se as mensagens vieram do ministro, bem como qual o teor das respostas que porventura deu, entretanto, não se pode alcançar um juízo de culpa apto a condenações de quem quer que seja”, explicou.

Mensagens reveladas

O debate ganhou força após reportagem publicada na madrugada de sexta-feira pelo blog da jornalista Malu Gaspar, do jornal, que divulgou novos prints de mensagens atribuídas a Vorcaro enviadas ao ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes, em 17 de novembro de 2025 — poucas horas antes da primeira prisão do banqueiro.

afirmou. O senador e presidenciável Flávio Bolsonaro (PL-RJ), por sua vez, adotou tom mais duro e afirmou que “Alexandre de Moraes deve renunciar, pelo bem da democracia e do Judiciário brasileiro, ou sofrer processo de impeachment no Senado”, disse.

O presidente da CPMI do INSS, Carlos Viana (Podemos-MG), afirmou que irá encaminhar ainda nesta semana um pedido ao ministro André Mendonça para que seja revista a decisão que tornou facultativa a presença do empresário Daniel Vorcaro

De acordo com a publicação, às 7h19 daquela manhã, Vorcaro teria enviado uma mensagem pelo WhatsApp ao magistrado. O texto não aparece diretamente no aplicativo, porque o link direciona para um bloco de notas do celular do empresário, onde o conteúdo foi registrado. Na mensagem, ele afirma estar tentando antecipar investidores e menciona a possibilidade de vazamento de informações relacionadas ao caso.

Quase uma hora depois, às 8h16, Moraes teria respondido. Porém, segundo a reportagem, o conteúdo não pode ser visualizado porque a resposta foi enviada em formato de visualização única, recurso que apaga a mensagem após a leitura. Às 17h22, Vorcaro enviou outro texto, novamente por meio de link para o bloco de notas: “Fiz uma correria aqui para tentar salvar. fiz o que deu, vou anunciar parte da transação (sic)”.

Quatro minutos depois, às 17h26, ele voltou a escrever: “Alguma novidade? consegui ter notícia ou bloquear? (sic)”. De acordo com o relato publicado pelo jornal, Moraes respondeu novamente com três mensagens em formato de visualização única, cujo conteúdo também não pôde ser recuperado.

Mais tarde, às 19h58, Vorcaro perguntou novamente se havia alguma novidade. Às 20h48, enviou nova mensagem dizendo ter anunciado parte de uma transação e afirmando que a movimentação poderia “inibir” ações no caso. Menos de uma hora depois, a Fictor Holding Financeira anunciou a compra do Banco Master — movimento que, segundo os jornais, coincide com o que Vorcaro descrevia nas mensagens.

O negócio, entretanto, não chegou a se concretizar. Na manhã seguinte, o Banco Central decretou a liquidação extrajudicial do Banco Master. Já a Fictor pediu recuperação judicial no início de fevereiro deste ano.

nas oitivas da comissão. Segundo o parlamentar, como o investigado está custodiado em Brasília e existe autorização judicial para que seja conduzido ao Senado para depor em colegiados da Casa, não haveria impedimento para que também compareça à CPMI que apura o caso.

Viana disse que pedirá formalmente ao Supremo autorização para que Vorcaro seja levado à comissão nesta semana. “O Brasil precisa de respostas. A comissão investiga denúncias graves que podem ter atingido milhões de aposentados e pensionistas

Reprodução



... os advogados de Vorcaro solicitam acesso integral aos dados extraídos para “análise independente” do material

Magistrado nega

Após a publicação da matéria, a Secretaria de Comunicação do Supremo Tribunal Federal divulgou uma nota, ainda na sexta, a pedido do gabinete do ministro Alexandre de Moraes, negando que as mensagens tenham sido enviadas ao magistrado. Segundo o STF, uma análise técnica realizada nos dados telemáticos de Vorcaro — tornados públicos pela CPMI do INSS — concluiu que as mensagens de visualização única enviadas em 17 de novembro de 2025 não correspondem aos contatos do ministro nos arquivos apreendidos.

De acordo com a nota, os prints das mensagens aparecem vinculados a pastas de outras pessoas da lista de contatos do banqueiro e não estão associados ao número de Moraes. O comunicado afirma ainda que os nomes e contatos relacionados aos arquivos não foram divulgados em razão do sigilo determinado pelo ministro André Mendonça, relator do caso no Supremo.

No mesmo dia, *O Globo* publicou nova reportagem informando que os dados das mensagens trocadas naquele dia teriam sido obtidos a partir de análise técnica da Polícia Federal no celular de Vorcaro. Segundo o jornal, a extração dos dados foi realizada por meio de um software específico, capaz de exibir simultaneamente a tela do WhatsApp e as imagens enviadas em modo de visualização única — recurso que normalmente impede a recuperação posterior do conteúdo.

De acordo com a reportagem, no material analisado aparecem o número e o nome de Alexandre de Moraes associados às mensagens. O jornal informou ainda que o número utilizado pelo ministro foi ocultado nas imagens divulgadas para proteger dados pessoais, e que as informações foram checadas com fontes que acompanham o caso.

brasileiros, pessoas que trabalharam a vida inteira e dependem desses recursos para viver com dignidade”, declarou. O senador acrescentou que a sociedade espera esclarecimentos e que a CPMI “cumprirá seu dever de buscar a verdade”.

Prisão

A Segunda Turma do STF deve decidir, na próxima sexta-feira, se mantém ou não a prisão de Daniel Vorcaro e de outros investigados. Os ministros vão julgar, em

Defesa pede acesso a dados

A defesa do empresário Daniel Vorcaro, controlador do Banco Master, solicitou acesso integral aos dados extraídos do celular do banqueiro para realizar uma “análise independente” do material apreendido pela investigação. O pedido foi protocolado em 16 de fevereiro no Supremo Tribunal Federal (STF), mas segundo os advogados, ganhou “especial relevância” após a divulgação de conversas atribuídas ao empresário, incluindo um suposto diálogo com o ministro Alexandre de Moraes.

De acordo com a defesa, o objetivo é examinar os dados digitais utilizados na investigação e verificar a forma como as informações foram obtidas. Os advogados afirmam que pretendem ter acesso à perícia realizada nos dispositivos eletrônicos, aos dados brutos extraídos, às imagens forenses completas, aos laudos técnicos, aos registros de extração e aos códigos de verificação que garantem a integridade das evidências.

“O objetivo é permitir a análise independente por assistente técnico da defesa, conforme previsto na legislação processual, garantindo que a prova digital seja examinada com transparência, integridade e respeito ao devido processo legal”, diz o comunicado divulgado pelos advogados. Segundo a equipe jurídica, a verificação também serviria para avaliar “a licitude dos procedimentos utilizados na obtenção dessas provas”.

O tema ganhou repercussão após reportagens indicarem a existência de mensagens trocadas entre Vorcaro e Moraes em 17 de novembro de 2025, data da primeira prisão do banqueiro. A existência do diálogo foi divulgada inicialmente pelo jornal *O Globo* e confirmada por outros veículos. O ministro negou que tenha recebido mensagens sobre negociações do banco naquele dia, mas não detalhou o conteúdo das conversas mencionadas.

Após a manifestação do magistrado, os advogados do empresário afirmaram estar preocupados com a “preservação da integridade do material” e com a possibilidade de “eventual manuseio precipitado ou tecnicamente inadequado das informações” obtidas durante a investigação.

Vorcaro é investigado por suspeitas de fraude bancária e voltou a ser preso na última quarta-feira, após a Polícia Federal apontar indícios de que o empresário teria ordenado a invasão de sistemas de informática do Ministério Público Federal para obter documentos sigilosos de investigações em andamento.

Segundo os investigadores, o material apreendido também indicaria tentativas de monitoramento de adversários e a articulação de ações contra pessoas consideradas opositoras pelo grupo ligado ao empresário. As suspeitas são apuradas no âmbito da Operação Compliance Zero. **(AB e FS)**

sessão virtual, a decisão do relator, André Mendonça, que determinou as prisões no âmbito da Operação Compliance Zero, da Polícia Federal.

Além de Mendonça, fazem parte da Turma os ministros: Gilmar Mendes, Luiz Fux, Nunes Marques, e Dias Toffoli. Toffoli, inclusive, deixou a relatoria do caso em fevereiro. A Polícia Federal encontrou mensagens no celular de Vorcaro que citavam o magistrado. A PF, então, informou o presidente do STF, ministro Edson Fachin. Após uma reunião com todos os ministros da Corte, Toffoli aceitou deixar a relatoria. Até o momento, não há confirmação se o ministro vai participar da votação ou se vai se declarar impedido. **(AB e FS)**

Crise mobiliza oposição no Congresso

A divulgação das supostas mensagens trocadas por Daniel Vorcaro e Alexandre de Moraes também provocou reação de parlamentares da oposição no Congresso. O líder oposicionista no Senado, Rogério Marinho (PL-RN), afirmou que o caso precisa ser investigado pela Procuradoria-Geral da República (PGR). “Se confirmadas, as revelações apontam para um quadro gravíssimo envolvendo integrante da mais alta Corte do país”, declarou.

Marinho também criticou o silêncio da PGR diante das denúncias. “Essa seletividade mina a confiança nas instituições”,